

## Contra a arbitrariedade da Reitoria, SOS USP!

**Intuito da gestão M.A. Zago-V. Agopyan é substituir o modelo de contrato (RDIDP) que tem garantido a excelência da pesquisa e do ensino**

Cresce dia a dia a perplexidade e a insatisfação dos docentes da USP diante da atual escalada de ações truculentas da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que permanece determinada a “reformatar” a universidade e a impor uma nova ordem de coisas, custe o que e a quem custar. Nesse contexto de desconfianças e incertezas, a mão reitoral se estende sobre questões graves e seu efeito pode ser corrosivo e duradouro.

Desde o início do mandato, há pouco menos de dois anos, o reitor passou a disseminar em entrevistas à imprensa sua insatisfação com nosso regime de trabalho, responsável, segundo ele, por “acomodamento” e falta de criatividade dos docentes. De acordo com suas palavras, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) seria uma “jabuticaba brasileira” (*sic*), uma espécie de tradição anacrônica a ser extirpada, com vistas a despertar milhares de professores da USP do sono profundo que os acometeu. O reconhecimento e os resultados atingidos pela USP, qualquer que seja o parâmetro de ponderação, eram evidentemente ignorados.

Repetindo velho e desgastado expediente, o reitor instituiu um Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD) para propor mudanças na carreira docente, nomeando todos os seus membros, sem consulta a quem quer que fosse. O GT-AD, desconsiderando propostas surgidas em diferentes instâncias, apresentou, em troca, um documento em que propôs medidas como contratação inicial de docentes em Regime de Tempo Parcial (RTP); um novo regime, de tempo integral, mas sem dedicação exclusiva (RTI); avaliação individual permanente de todo o corpo docente, com a prerrogativa de mudar a qualquer momento o regime de trabalho do docente, reservando a possibilidade de progressão só para os desempenhos considerados “excepcionais” pela Reitoria.

A ênfase na necessidade de mudanças no regime de trabalho não veio acompanhada de qualquer diagnóstico ou evidência efetiva, mas converge com outras medidas que visam sobretudo a “resolver” o atual problema de financiamento da universidade.

Diante da insuficiência dos recursos repassados pelo Palácio dos Bandeirantes às universidades estaduais paulistas, o reitor nunca afirmou ser necessária a sua ampliação. Zago não cobra do governo do Estado sequer promessas não cumpridas, prefere rebaixar as condições gerais do trabalho docente. Assim, a USP, até hoje um dos centros universitários melhor reputados do país e que atraía jovens pesquisadores promissores e interessados em seguir na carreira acadêmica, caminha na direção das instituições de ensino superior privadas ao pretender abrir mão da manutenção de um corpo docente qualificado.

**Funesto GT-AD.** Aliada aos desígnios expressos no relatório do funesto GT-AD, a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) passou a criar sérios obstáculos ao trabalho dos docentes que se encontram em regime experimental. São inúmeros os casos, sem justificativa razoável, de recusa de relatórios e pareceres, mesmo quando estes são amplamente favoráveis. O professor Luiz Nunes, presidente da CERT, em reunião na FFLCH, não deixou dúvidas quanto ao caráter arbitrário e precário da avaliação realizada pela comissão, em que pesem as medidas severas que nela se sustentam. Em depoimento dado recentemente, admitiu que o único critério utilizado para avaliar a atividade dos docentes em estágio probatório é a publicação de artigos em periódicos indexados. A comissão simplesmente ignora outras formas de divulgação científica e desconsi-



dera as atividades desenvolvidas na graduação.

Ora, tais atividades são fundamentais e a exclusividade atribuída à, certamente importante, atividade de pesquisa, prejudica a prática e o desenvolvimento do ensino, estimulando uma seleção com critério único. Aliás, a CERT desconsidera qualquer outra coisa, desde o engajamento institucional ao envolvimento em atividades de cultura e extensão, desvirtuando a perspectiva da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O intuito da Reitoria está claro: criar constrangimentos para a atuação de docentes contratados em RDIDP e acelerar o processo de substituição do modelo de contrato que tem garantido a excelência da pesquisa e do ensino desenvolvidos na USP.

E agora, evidenciado o fracasso do GT-AD nas congregações, que não aprovaram suas propostas principais e em muitos casos rejeitaram seu documento na íntegra, Zago criou uma comissão ainda mais restrita, para elaborar propostas de mudanças estatutárias e regimentais e impor seu projeto sem qualquer mecanismo de consulta ampla e democrática. Desse modo, em procedimento inédito, o Estatuto de uma das maiores universidades do país pode ser transformado por uma confraria de sócios políticos, em certos casos ligados a fundações privadas, com o aval de um Conselho Universitário (Co) de escassa representatividade, cujo único papel seria aprovar o que esse grupo apresentasse.

Por outra parte, jornais como *O Estado de S. Paulo* têm revelado

procedimentos obscuros e duvidosos em torno da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP, privada), o que não impede que diretores e conselheiros dessa entidade continuem exercendo alguns dos principais cargos da Universidade.

Diante desse quadro, por si só bastante preocupante, é preciso ainda considerar que a Reitoria conta com a perspectiva de adotar as medidas que lhe convêm por meio de um Co tradicionalmente complacente e alheio aos anseios da comunidade universitária. Basta lembrar o desligamento do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), de Bauru. A maioria dos conselheiros, sem ter o menor conhecimento da matéria (e com pouquíssimo tempo para fazê-lo, se o desejassem), votou com o reitor. Não fosse a forte reação dos médicos e funcionários do Hospital Universitário (HU), apoiados por docentes, funcionários e estudantes, já teria ele enfrentado a mesma situação. Ambos gozam de prestígio nacional e internacional constituído ao longo de décadas.

Que fazer diante de tudo isso? Da mesma forma que rejeitamos a proposta do GT-AD, temos que estar atentos e resistir aos novos golpes! A USP é maior do que seus gestores de plantão.

Nossos gabinetes não são mais garantia de nada. Sem o gesto de resistência que agora nos cabe, o horizonte em curto prazo é o da universidade devastada.

**Junte-se a nós: só uma reação coletiva pode fazer a Reitoria recuar!**

# CERT estende regime experimental de 13 docentes da EACH bem avaliados por pareceristas externos

**Ampliações do prazo de experimentação crescem na unidade em 2015: é “mero mecanismo de controle por eliminação”, avalia autor de estudo**

Após analisar os relatórios finais de experimentação de docentes da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) elaborados nos últimos cinco anos, o professor Márcio Moretto Ribeiro chegou à conclusão de que os dados obtidos “sugerem uma mudança abrupta no número de extensões de prazo de experimentação em 2015, justamente quando se discute alteração nos regimes de trabalho dos docentes da universidade”.

Tal mudança, adverte, não deve ser interpretada como um aumento no rigor da avaliação, pois não parece haver correlação entre o desempenho dos docentes e as decisões da CERT que, na grande maioria dos casos de extensão do regime probatório, contraria os pareceres externos. Foi o que ocorreu em 13 dos 15 processos estudados pelo docente da EACH. “Ou seja, não se trata de um processo avaliativo, mas de mero mecanismo de controle por eliminação”.

A Constituição Federal prevê a irredutibilidade salarial (artigo 7º) e a estabilidade dos servidores públicos depois de três anos de serviço (artigo 41). Apesar disso, em 1989 foi incluída no regimento interno da USP a Resolução 3.533, que submete os docentes a um período de

experimentação de seis anos “[obrigando-os] a apresentar relatório de suas atividades, bienalmente”.

Assim, durante esse período, os docentes contratados em Regime de Turno Completo (RTC) ou em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) devem escrever relatórios que, depois de passarem por um parecerista externo, são avaliados pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que pode decidir estender o período de experimentação por mais dois anos ou mesmo alterar seu regime de trabalho. Finalidades e métodos da CERT têm sido objeto de forte contestação (vide p.ex. <http://goo.gl/YBmV6Q>).

**Quantidades.** Do total de 191 docentes da EACH que entregaram relatórios finais no período 2011-2015, 18 tiveram estendidos os prazos de experimentação. “Os gráficos indicam uma tendência decrescente no número relativo de extensões de prazo de experimentação até 2014, interrompida por um sensível aumento em 2015”.

Se em 2011, a cada 10 docentes que chegavam no sexto ano de carreira, 1 não concluíam seu período de experimentação (mais precisamente 10,53%) e em 2014 essa proporção

era de meros 3,83%, em 2015 mais de 1 a cada 5 docentes (21,05%) não completaram seu período de experimentação no período mínimo.

“Tivemos acesso a 15 dos 18 processos de docentes que tiveram seus prazos de experimentação estendidos. É notório que, com apenas duas exceções, a decisão da comissão foi sempre *contrária* à do parecer externo. Ou seja, dos 15 processos considerados, em 13 casos o parecer externo foi favorável ao término do regime de experimentação, mas mesmo assim a CERT optou por estender o prazo por mais dois anos”, diz Ribeiro.

“Cabe observar que os pareceres externos costumam avaliar de maneira detalhada o trabalho do docente, enquanto que a CERT tem que se posicionar em relação a centenas de relatórios por reunião e costuma dar pareceres genéricos, extremamente reduzidos e previsíveis”.

**Qualidades.** Na avaliação do autor do estudo, não há um padrão óbvio nas decisões da CERT. Em geral, quando no primeiro ou no segundo relatório a comissão indica esperar que “ao final [do prazo de experimentação, haja] uma ampliação e melhoria no perfil de produção bibliográfica em periódicos acadêmicos de ampla circulação na área de atuação do(a) docente”, a decisão é acompanhada nos demais relatórios e culmina na extensão do prazo. “Há, porém,

inúmeros casos em que os primeiros relatórios são aprovados sem ressalvas, mas no último o prazo é estendido”. E há “casos de docentes que tiveram progressão de carreira aprovada ou mesmo obtiveram bolsa de produtividade no mesmo ano em que tiveram seus relatórios recusados”.

Ele analisou também os cinco casos em que foi sugerida mudança de regime de trabalho. “Dois deles coincidem com os casos atípicos em que o parecerista foi contrário à aprovação do terceiro relatório de experimentação. Em outros dois casos a CERT sugeriu mudança de regime depois da entrega do terceiro relatório mesmo com aprovação deste pelo parecerista externo. O último caso foi neste ano e trata-se de uma sugestão de mudança de regime já no segundo relatório”.

Houve também dois casos de mudança efetiva de regime, “ambos durante uma gestão bastante controversa marcada por uma grande crise política e ambiental na unidade: um caso de problemas de saúde e outro de perseguição política”. Assim, após concluir que as avaliações do regime probatório conduzidas pela CERT constituem “mecanismo de controle por eliminação” e não um real processo avaliativo, Ribeiro acrescenta que elas abrem a possibilidade de se cometerem injustiças ou exageros. Confira a íntegra do estudo em <http://bit.ly/1Lo3q3H>.

## Juiz autoriza processo-crime de Cerri contra jornalistas da Revista Adusp e agenda julgamento para maio de 2016

O juiz José Fabiano Camboim de Lima, da 1ª Vara Criminal de São Paulo, confirmou o recebimento da queixa-crime de Guido Cerri, ex-secretário estadual da Saúde, contra os jornalistas Pedro Pomar, Tatiana Merlino e Débora Prado e marcou audiência de instrução e julgamento da ação para 2/5/2016. Cerri, que é professor da Faculdade de Medicina da USP, alega ter sido difamado por reportagem de capa publicada na edição 54 da *Revista Adusp* (maio de 2013), intitulada

“Conflito de interesses na Saúde” (<http://bit.ly/1LjQA1g>).

À época, paralelamente ao cargo de secretário estadual da Saúde, Cerri integrava — como ainda hoje — o Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês (HSL), além de ser presidente licenciado da Fundação Faculdade de Medicina (FFM). A pasta da Saúde mantinha contratos de altíssimo valor com a organização social Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, mantida pelo HSL, e com

a FFM, também credenciada como organização social.

“Em que pesem os argumentos elaborados por época da defesa preliminar, verifico que eles não foram capazes de afastar a presente ação penal”, decidiu o juiz. “De outra parte, a queixa preenche todos os requisitos necessários para o seu regular processamento, não havendo nulidades a declarar ou irregularidades a suprir, portanto, deve subsistir, a fim de que a instrução probatória forneça todos os elementos e cir-

cunstâncias importantes para a ampla apuração dos fatos”.

Ele rejeitou a tese da absolvição sumária proposta pela defesa dos jornalistas, pois “depende de colheita de provas [...], respeitado o direito a ampla defesa e a todas as garantias constitucionais”. Até março de 2015 o processo vinha sendo conduzido pela juíza Aparecida Angélica Correia, que já aceitara, preliminarmente, a queixa-crime apresentada pelo ex-secretário (<http://goo.gl/cCOLfp>).

## “ESQUECERAM DE MIM” (1)

# Falta transparência à investigação da FUSP

Dois meses após a divulgação, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de denúncias sobre conflito de interesses na atuação da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), envolvendo a execução de contratos milionários com o poder público em benefício de empresas pertencentes a docentes da USP (<http://goo.gl/EeTuu9>), a Reitoria não voltou a tocar no assunto desde seu comunicado de 17/8. Naquela data, o reitor anunciou a constituição de uma Comissão Sindicante e prometeu manter a comunidade universitária “informada sobre o andamento dos tra-

balhos da Comissão Sindicante e das medidas tomadas pela fundação” (<http://goo.gl/SoUjIp>).

Na verdade, sequer os nomes dos membros da Comissão Sindicante foram divulgados pela Reitoria. Nada veio a público até agora. E a troca na direção executiva da entidade deixou de ser registrada pelo site da FUSP, onde o nome do professor José Roberto Cardoso (EP) continuava a figurar nesse cargo até 8/10 (<http://goo.gl/j7ykOU>). Ainda de acordo com o site, o professor José Roberto Drugowich (FFCLRP) faz parte do Conselho Curador, embora tenha assumido a di-

reção executiva em 18/8. Os dois cargos são incompatíveis.

O Conselho Curador da FUSP é presidido pelo reitor M.A. Zago e conta ainda com dois pró-reitores: José Eduardo Krieger (PRP) e Maria Arminda Arruda (PRCEU), todos portanto em situação clássica de conflito de interesses. O *Estadão* revelou que familiares do professor José Roberto Cardoso são os proprietários nominais de uma empresa subcontratada pela FUSP por R\$ 546 mil. E identificou 44 contratos firmados pela fundação com 12 empresas de docentes, num valor total de R\$ 2,3 milhões.

O *Informativo Adusp* indagou a Drugowich em 1º/9, por intermédio da Assessoria de Imprensa da Reitoria, se pretende acumular as funções de diretor executivo da FUSP e de superintendente de Relações Institucionais da USP (e se, neste caso, não estaria incidindo em conflito de interesses); se procede a informação de que partiu dele a decisão de retirar do site da FUSP as informações sobre projetos e contratos (<http://goo.gl/bKXJ-Re>); e que medidas pretende tomar à frente da fundação. Não houve resposta até o fechamento desta edição, em 9/10.

## “ESQUECERAM DE MIM” (2)

# Denunciado em 2013, caso de corrupção no campus de Ribeirão Preto é abafado até hoje pela Reitoria

Sob a alegação de necessidade de sigilo, a Reitoria da USP recusa-se a fornecer ao *Informativo Adusp* informações sobre o caso de corrupção identificado em 2013 na Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto (PUSP-RP), objeto do processo 13.1.01494.53.2. De acordo com a Assessoria de Imprensa, “como todo processo é sigiloso, o seu teor e trâmite não podem ser divulgados”.

Documentação da própria USP, obtida pelo Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), revela que a Divisão de Finanças da PUSP-RP realizou pagamentos duplicados à empresa Starling & Estevão Co-

mércio de Plantas Ltda. Contratada para prestar serviços de manutenção de áreas verdes por 12 meses (junho de 2012 a maio de 2013), por R\$ 880 mil, a empresa recebeu no período R\$ 1,336 milhão brutos (R\$ 1,278 milhão líquidos), ou seja: acréscimo de quase 50% ao valor original do contrato.

O contrato 30/2012 entre a USP e a Starling & Estevão foi assinado em 11/6/12. No Pregão Presencial 36/2011, realizado em 3/5/12, o então prefeito do campus, professor José Moacir Marin, classificou apenas duas empresas, e em 19/5/12 declarou a Starling & Es-

tevão vencedora da licitação. O contrato foi prorrogado por 12 meses em 10/6/13, por decisão do professor Osvaldo Bezzon, novo prefeito do campus. Valor do aditamento: R\$ 847.359,43.

**Silêncio.** Ao longo da execução do contrato foram realizados 17 pagamentos, em vez de 12. Exemplos: em 15/1/13, o chefe da Divisão Financeira da PUSP-RP efetuou dois pagamentos à Starling & Estevão no mesmo dia, ambos de R\$ 70.517,34; em 18/3/13, a empresa recebeu R\$ 146.666,68, e em 28/3/13 outros R\$ 70.517,13.

O caso foi denunciado pelo Sintusp, que encaminhou à Reitoria, em 17/10/13, cópias da documentação referente aos pagamentos ilegais e um pedido de providências. Em seguida o *Informativo Adusp* publicou reportagens sobre o assunto nas edições 374, de 2/12/13 (<http://goo.gl/HWQl1a>) e 375, de 16/12/13 (<http://goo.gl/7031WB>). Dois anos depois, porém, a Reitoria continua em silêncio sobre o assunto.

O prefeito do campus de Ribeirão Preto, professor Bezzon, alegou que o processo é “sigiloso” e que aguardará “o término” para se pronunciar.

## Por que comparecer às Audiências Públicas Regionais sobre o PEE

Entre 19 e 27/10 ocorrerão seis audiências públicas regionais sobre o Plano Estadual da Educação (PEE), o que configurou significativa vitória dos que se opõem ao PL 1.083/15, que é a proposta do governo estadual.

Estão ocorrendo reuniões entre os proponentes das outras duas

propostas, a saber: o PL 1.035/15 (que atualiza o PEE-Proposta da Sociedade Paulista de 2003), elaborado pelo GT de Política Educacional da Adusp (GTPE) e por membros de outras entidades ligada à educação; e o substitutivo de autoria do Fórum Estadual de Educação ao PL 1.083/15. Essas reuniões visam or-

ganizar as mesas das seis audiências e também a construção de um documento básico que aponte itens de razoável consenso no conteúdo dessas duas propostas.

Na reunião de 7/10, o GTPE enfatizou a necessidade do financiamento de 9,5% do PIB de São Paulo para a educação ao final da vigên-

cia do PEE, o que possibilitaria iniciar e atingir, em uma década, a urgente valorização salarial dos docentes da educação básica; a garantia da educação infantil, da creche à pré escola; e triplicar o número de estudantes nas instituições públicas de ensino superior no Estado.

### Cronograma das audiências

Data	Município	Horário	Local
19/10/15	Sorocaba	9h30 - 12h30	Câmara Municipal
21/10/15	Campinas	9h - 12h	Câmara Municipal
22/10/15	Araraquara	14h - 18h	EEBA – Escola Estadual Bento de Abreu, Rua Padre Duarte, 2821 – Centro
23/10/15	São José do Rio Preto	14h - 18h	Câmara Municipal
26/10/15	Santos	14h - 17h	Câmara Municipal – Auditório Vereadora Zeni Goulart
27/10/15	São Paulo	14h	ALESP – Auditório Paulo Kobayashi

# Sarau em homenagem a Solano Trindade

Disposta a voltar a realizar os saraus que marcaram época na sua antiga sede (na Antiga Reitoria), a Adusp, em parceria com os grupos Ô De Casa e a CaslêOca, organizou uma homenagem ao poeta, ator, agitador cultural e militante Solano Trindade, no auditório Abrahão de Moraes, no Instituto de Física da USP. Realizado no último dia 2/10, o sarau/espetáculo “Se Tem Gente Com Fome, Dai De Comer!” foi apresentado em três atos, que enfatizaram a militância de esquerda, a defesa do povo pobre e negro e o lirismo da poesia de Solano.

“Foi um desafio achar um caminho para traçar o modelo do espetáculo”, disse Nilu Strang, do CaslêOca, roteirista e coordenadora geral do espetáculo e que também participou da homenagem ao artista. Ela afirmou ao público que houve, na concepção do espetáculo, o cuidado em pincelar diversos momentos da vida do artista: “Tivemos como opção falar de Solano quando preso, as lembranças que ele deixou registradas na prisão; mas também fizemos um exercício de imaginação: o que teria sido este momento de Solano na prisão? E o que teria ele pensando lá? A gente ficou imaginando quais foram as memórias dele”.

O primeiro ato, “Lembranças”, enfatizou justamente as memórias de Solano, segundo a perspectiva dos participantes do sarau. O objetivo era realizar um exercício criativo a partir da obra do artista, resgatando as lembranças do cotidiano e da cultura popular do



Aspecto do Sarau de 2/10

Recife — cidade onde nasceu e concentrou parte de sua militância — e do ano de 1944, período de sua primeira prisão política. Neste contexto, foram interpretados poemas como “Memória” e “Canção da Minha Cidade”, de autoria de Solano, mas outros artistas foram também lembrados durante a narrativa das recordações do multiartista pernambucano.

Assim, foi possível ouvir “É Doce Morrer No Mar”, do compositor baiano Dorival Caymmi, e “Ave Preta”, versão do professor Marcos Silva para “Blackbird”, dos Beatles. O docente do Departamento de História da FFLCH é um dos membros do Grupo Ô de Casa.

De forma sequencial, o sarau se encaminhou para a “fase carioca” de Solano, período em que vive no Rio de Janeiro e mergulha na militância política e no movimento negro, na década de 1940. “No Rio, Solano encontrava um grupo de intelectuais que se reunia no

Café Vermelhinho, em frente à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro da cidade”, conta Nilu, introduzindo “Vermelhinho”, segunda parte do espetáculo e nome dado ao bar muito frequentado por Solano (e pela esquerda) e que lhe permitiu um maior contato com intelectuais e militantes da época.

**Na cadeia.** Liberto Solano, que segue os passos do pai como escritor, ativista cultural e defensor da cultura negra há mais de trinta anos, protagonizou a apresentação ao público de grande parte da obra engajada de Solano Trindade. Destacam-se poemas como “Tem Gente Com Fome”, de seu primeiro livro *Poemas de uma Vida Simples*, publicado em 1944 e que levou o poeta para a cadeia, por ordem do general Eurico Gaspar Dutra, e “Convocação” e “O Canto do Trabalhador”, ambos com versos antifascistas.

A terceira e última parte do sarau, chamada “Exaltação”, focou no enaltecimento do povo negro e na intensa participação de Solano Trindade na luta contra o racismo. “Negros”, “Conversa” e “Canto”, poemas de sua autoria, dividiram espaço com canções de Vinícius de Moraes, Tom Jobim e Noel Rosa.

Merece destaque o protesto improvisado de Liberto Solano que, ao interpretar o trecho final de “Mãe Preta” (“Enquanto a Chibata/ Batia em seu amor/ Mãe Preta embalava /filho Branco do Senhor”), acrescentou: “Ainda continuam as chibatadas, morrem centenas de negros e negras todos os dias no Brasil, [...] ainda dizem que não há racismo nesta terra, onde estão os negros que não estão na universidade?”.

Solano Trindade sempre se preocupou em associar sua militância política ao combate ao fascismo e à luta pela desconstrução dos estereótipos e da submissão do negro. Fundou em 1945, com o amigo Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro.

“Além de ser um grande artista que, entre outras coisas, compôs músicas e poemas belíssimos, como se pôde ver no sarau, a importância de se homenagear Solano Trindade vem da relevância de sua atuação política de defesa dos movimentos negros e da cultura africana”, comentou o professor Ivã Gurgel, da diretoria da Adusp. “Assim, seus projetos ganham grande sintonia com pautas defendidas pela Adusp”.

## TAC sobre assédio moral é avanço, diz Adunicamp

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Unicamp representa um passo importante no combate ao assédio moral na universidade, que deve ser conjugado com outros esforços de discussão e divulgação do tema. A opinião é do presidente da Associação dos Docentes (Adunicamp), Paulo César Centoducatte.

“Participamos da elaboração do TAC, cujos termos foram discutidos em conjunto em reuniões no MPT, nas quais havia representantes da universidade, do Sindicato dos Trabalhadores (STU) e da Adunicamp”, explica Centoducatte.

Alguns casos de assédio moral já estão sendo averiguados na Unicamp com acompanhamento dos sindicatos. “O mais emblemático é o do Colégio Técnico de Limeira, onde um conjunto de professores e funcionários formalizou uma denúncia de assédio moral por parte do diretor”, diz Centoducatte.

**Correção.** Diferentemente do que consta na edição 407 do *Informativo Adusp*, página 2, a procuradora Luciana Alboccino Barbosa Catalano representa a Unicamp e não o MPT. Quem assinou o TAC sobre assédio moral em nome do MPT foi o procurador Eduardo Luís Amgarten.

## 15/10, dia do professor, dia de protesto!

A Assembleia Geral da Adusp de 8/10/2015 deliberou a seguinte agenda para 15/10/15:

**Manhã** - atividades de mobilização nas unidades;

**Tarde** - atividade geral com os seguintes eixos:

- pela reposição efetiva de docentes e funcionários técnico-administrativos;
- em defesa do RDIDP como regime preferencial na universidade;
- não às propostas do GT-Atividade Docente;
- não ao assédio da CERT;
- por mudanças estatutárias e regimentais realizadas de forma democrática, preferencialmente por uma Estatuinte exclusiva e soberana;
- em defesa da educação pública, com recursos públicos adequados.